



**PARTE A**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA**

**MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE / MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL / SOCIEDADES  
COOPERATIVAS**

LICITAÇÃO N.º 013/CPL/2018  
PROCESSO N.º 4754/2017  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL– SRP  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM  
ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO  
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.07.00.00  
DOTAÇÃO: 0010

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 59.367,07 (CINQUENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SETE).

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 02 DE MAIO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 02 DE MAIO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ARROZ, FEIJÃO, CARNE, ETC...) QUE VISA REPOR E MANTER O ESTOQUE DE GÊNEROS, PARA PRODUÇÃO DE CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DOS AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL, QUE EXERCEM SUAS FUNÇÕES EM UMA JORNADA DE SERVIÇO DE 24X72 HORAS E REALIZAM SUAS REFEIÇÕES NA BASE DA GUARDA, ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/#licitacoes>. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, ou e-mail: [licitacaopmpparacambi@gmail.com](mailto:licitacaopmpparacambi@gmail.com).

ÓRGÃO REQUISITANTE: GUARDA MUNICIPAL  
ÓRGÃO GERENCIADOR: GUARDA MUNICIPAL

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

ParteA	-	Informações Específicas sobre o Edital
ParteB	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços

ELIAS FERREIRA DA ROSA  
Pregoeiro



**PARTE B**

**PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **013/CPL/2018**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.054 de 03 de fevereiro 2015, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

**1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **02 DE MAIO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS** A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **02 DE MAIO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local independentemente de comunicação pelo Pregoeiro responsável.

**1.4 – ÓRGÃO GERENCIADOR: GUARDA MUNICIPAL.**

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: [licitacaopmmparacambi@gmail.com](mailto:licitacaopmmparacambi@gmail.com), mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

**2- DO OBJETO**

2.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ARROZ, FEIJÃO, CARNE, ETC...) QUE VISA REPOR E MANTER O ESTOQUE DE GÊNEROS, PARA PRODUÇÃO DE CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DOS AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL, QUE EXERCEM SUAS FUNÇÕES EM UMA JORNADA DE SERVIÇO DE 24X72 HORAS E REALIZAM SUAS REFEIÇÕES NA BASE DA GUARDA, ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.

**3- PARTICIPAÇÃO**

3.1 – Somente poderão participar desta licitação microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos do Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, desde que atendam as condições estabelecidas na referida lei e a todas as exigências constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.



3.4 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Público Municipal de Paracambi, por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

3.9 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.9.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.10 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.11 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

3.12 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

#### **4 - CREDENCIAMENTO**

4.1 -Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da



licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (fora de qualquer envelope), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a Declaração que Cumpre Plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

4.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, deverá apresentar declaração conforme anexo 5, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.1 – O Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação do licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.2 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34, da Lei nº 11.488/07, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – As Cooperativas deverão entregar os seguintes documentos:

4.4.1 – Registro na Junta Comercial e estatuto social em vigor, devidamente registrado;

4.4.2 – Cadastro dos Contribuintes Mobiliários da Prefeitura Municipal (da sua sede, como contribuinte do ISS);

4.4.3 – A relação dos cooperados que atendam aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inc. XI, 21, inc. I, e 42, §§ 2º e 6º, todos da Lei nº 5.764/71;

4.4.4 – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSC I de cada um dos cooperados relacionados;

4.4.5 – Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.4.6 – O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/71;

4.4.7 – A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;



4.4.8 – Comprovação da Diretoria ou Conselho de Administração em exercício que devem ser integrados, exclusivamente, por associados (art. 47 da Lei nº 5.764/71);

4.4.9 – Os seguintes documentos para comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto Social com ata da assembleia;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

4.4.10 – A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71, ou uma declaração, sob as penas da Lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.5 – Quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, no caso de cooperativa, ou pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição sem fins lucrativos, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.6 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10:00 as 16:00 horas, **NAO SENDO AUTENTICADOS NENHUM DOCUMENTO NA SESSÃO.**

4.7 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.8 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

## **5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO**

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta  
**ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS**  
**LICITAÇÃO N.º 013/CPL/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

Apresentação do envelope de documentação:  
**ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**LICITAÇÃO N.º 013/CPL/2018**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**



## 6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.2.1 – É facultada ao licitante cotar todos, alguns ou somente um dos itens definidos no projeto básico ou termo de referência.

6.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- e) prazo de entrega será até 15 (quinze) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com secretaria requisitante conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;





IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – não estejam devidamente assinadas;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestamente inexequível ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo preponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexequível, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

## 7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço para cada item.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais;



7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes para cada item;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

7.14 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.15 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

## 8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor unitário, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.11 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido e registrado em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.





8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.5.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para retirar a nota de empenho. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.6 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, após ter sido atestada aceitabilidade da proposta de menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.7 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.8 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.9- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.10 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço unitário e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.11 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.12 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.13 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato.

8.14 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/200

## 9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, não sendo autenticados nenhum documento na sessão.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.



9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 –Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua português efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

### **9.2.1 – Habilitação Jurídica:**

9.2.1.2 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.3 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;

9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;

9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;

9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;

9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

### **9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;

9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).



- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

### **9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data



da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.2.3.1.1 – Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

**ILG > 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:**

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

**Sendo:**

**ILG:** índice de liquidez geral;

**AC** = ativo circulante;

**PC** = passivo circulante;

**RLP** = realizável a longo prazo,

**ELP** = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.2 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

9.2.3.1.3 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.3.1.1, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.4 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de Abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.2.1 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no



momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

### **9.2.3 – Qualificação Técnica:**

9.2.4.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu objeto semelhante ao deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, a caracterização dos bens fornecidos e o grau de satisfação.

### **9.2.5 – Documentação Complementar**

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal n.º. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO**

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2.1 O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;





10.2.2. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.3 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.4 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

## 11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 – Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

11.8 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art.41 § 2º da Lei 8.666/93.





## **12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

## **13 – DO RECEBIMENTO**

13.1 - O objeto será recebido pela efetiva aquisição de material, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através de 3 (três) servidores designados.

## **14 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO**

14.1 – Assinada a ata de registro de preços e retirada a Nota de Empenho o prazo máximo de entrega deverá ser de até 05 (cinco) dias, a contar da ordem de fornecimento conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

## **15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o primeiro colocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período, sob pena de decair o direito ao registro e futura contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e, subsidiariamente, nos artigos 81 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

- a) O número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;
- b) A identificação do objeto e a quantidade total estimada;
- c) A relação de fornecedores habilitados que concordarem em praticar os mesmos preços do primeiro colocado no certame, pela ordem de classificação final no processo licitatório, e as respectivas quantidades a serem fornecidas.
- d) O preço unitário do vencedor, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores
- e) O valor total estimado para a execução do objeto;
- f) Os órgãos e entidades usuárias do registro;
- g) O prazo de vigência do registro;
- h) A menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição.



15.1.2 – Serão incluídos na ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, formando cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

15.2 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado o beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O procedimento será encerrado com subscrição da Ata de Registro de Preços e homologação do procedimento pela **Guarda Municipal**.

15.5 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar a Ata de Registro de Preços quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a oposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.6 – Caso a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não se apresente para celebração da Ata de Registro de Preços. Ao preço do primeiro do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores de bens ou prestadores de serviços quantos concordarem, respeitadas as quantidades oferecidas em cada proposta. A classificação obedecerá a ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas, decidindo-se eventual empate nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993.

15.6.1 – Homologado o resultado da licitação o Órgão Gerenciador, por meio da Comissão Permanente de Licitação, elaborará a ata de registro de preços, na qual serão registrados os preços e os fornecedores de bens ou prestadores de serviços, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações e os órgãos participantes.

15.7 – Nas situações previstas no subitem 8.5, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.8 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços
- b) recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87, inciso iv, da Lei Federal nº 8.666/1993
- e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

15.9 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

15.9.1 – O fornecedor poderá solicitar ao órgão gerenciador o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, caso em que somente após a concordância do órgão gerenciador será efetivado o cancelamento, dada a respectiva publicidade.

15.10 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

15.11 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

15.12 – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação para Administração.



15.13 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a 12 (doze) meses, computados neste caso eventuais prorrogações.

## 16 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA

16.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificada pelo MUNICÍPIO, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;

16.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

16.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o primeiro colocado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores observada a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação;

16.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso mediante requerimento devidamente comprovado o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Comissão formada por servidores da **Guarda Municipal**.

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão o fornecedor registrado de qualquer responsabilidade decorrentes do cumprimento do objeto da presente licitação.

## 18 – DA GARANTIA

18.1 – O **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações da **CONTRATADA**.

18.2 – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

18.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.



## 19 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

19.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

19.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

19.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

19.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas "a", "e", "f" do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra "b", "c", "d".

19.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

19.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

19.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

19.1.7 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.



## 20 - RESCISÃO

20.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

## 21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

**ORIGEM DOS RECURSOS:** 100 – RECURSO PRÓPRIO

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.9.0.30.07.00.00

**DOTAÇÃO:** 0010

## 22 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente à aquisição de material, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratual.

22.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os produtos que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

22.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

22.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecendo o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

21.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

22.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

22.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

## 23 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

23.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.



23.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666 de 1993, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

## 24 – ESTIMATIVA DE PREÇO

24.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 59.367,07 (CINQUENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SETE), do Projeto Básico.**

24.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irremediáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual, mediante expresse requerimento do contratado, e deverão utilizar o índice do IPCA.

24.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 25 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

25.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

25.2 – Ao preço do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores quantos necessários para que em função de suas propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata;
- b) Quando das contratações decorrentes do pregão deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;
- c) Os órgãos participantes do pregão deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

25.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

25.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

25.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.





25.6. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do COMPROMITENTE para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

25.7 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

25.8 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

25.9 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

25.10 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

25.11 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

25.12. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:

25.12.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

25.12.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

25.12.3. Cadastro Inidoneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

25.11 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal 8.666 de 1993.

25.12 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 (sessenta) dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

## 26 – INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006



Anexo	6	-	Termo de Referência
Anexo	7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços

ELIAS FERREIRA DA ROSA  
Pregoeiro



## ANEXO 1 FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 4754/2017

Licitação n.º 013/CPL/2018

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL– SRP

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ARROZ, FEIJÃO, CARNE, ETC...) QUE VISA REPOR E MANTER O ESTOQUE DE GENEROS, PARA PRODUÇÃO DE CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DOS AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL, QUE EXERCEM SUAS FUNÇÕES EM UMA JORNADA DE SERVIÇO DE 24X72 HORAS E REALIZAM SUAS REFEIÇÕES NA BASE DA GUARDA, ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES.**

**EMPRESA:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

**BANCO/AGÊNCIA:**

**CONTA BANCÁRIA Nº:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Abóbora madura tipo baiana (moranga)	Quilograma(s)	48		
2	Açúcar refinado valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	1.350,00		
3	Alface KG	Quilograma(s)	48		
4	Alho	Quilograma(s)	450		
5	Arroz agulhinhha tipo 1 valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	1.200,00		
6	Azeite 500 ml	Unidade	24		
7	azeitona verde	Quilograma(s)	10		
8	Bacon	Quilograma(s)	3		
9	Batata-doce	Quilograma(s)	48		
10	Batata Inglesa especial	Quilograma(s)	400		
11	Batata Palha 1KG	Quilograma(s)	96		
12	Beterraba	Quilograma(s)	24		
13	Cação cortado em filé ou cubos, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica original - Embalagem de 1Kg	Quilograma(s)	195		
14	Café (embalagem de 500g) pó torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza ABIC, embalado automaticamente,acondicionado em	Peça	48		



	embalagem metalizada, contendo a descrição das características do produto.				
15	Caldo de carne com 12 unidades caixa de 126g	Unidade	48		
16	Canela em Pau, 20 GRAMAS	Pacote	10		
17	Canjica - embalagem de 500g	Unidade	20		
18	Carne bovina (embalagem de 5kg) Acém, picado em cubos, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada, sendo cada peça embalada individualmente	Quilograma(s)	500		
19	Carne, frango, Coxa com sobrecoxa com osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica ou bandeja com no máximo 5Kg.	Quilograma(s)	550		
20	Carne, frango, Peito, filé sem osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica, com no máximo 3Kg.	Quilograma(s)	550		
21	Carne, Suína carré, congelada, em embalagem plástica conforme a legislação.	Quilograma(s)	350		
22	Cebola	Quilograma(s)	300		
23	Cenoura	Quilograma(s)	200		
24	Cheiro-verde fresco, composto por salsa e cebolinha KG	Quilograma(s)	48		
25	Chuchu	Quilograma(s)	300		
26	Copos descartáveis branco 200ml, caixa com 2.500 und	Caixa	2		
27	Creme de Leite	Lata	24		
28	Ervilha em conserva, acondicionado em lata. 200 gramas	LATA	10		
29	Extrato de tomate 350 grs	Caixa	300		
30	Farinha (embalagem de 1kg) mandioca tipo 1, torrada, fina, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	80		
31	Feijão preto tipo 1 válido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	350		
32	Fubá (embalagem de 1kg) milho extra, de 1ª qualidade, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	150		
33	Guardanapo (50 unidades)	Unidade	3		
34	Hambúrguer de frango, 1ª qualidade, acondicionado em embalagem com 36 unidades com envelope protetor unitário, congelado e validade de duração de 6 meses.	Caixa	100		
35	Leite condensado 395g	Lata	24		
36	Leite integral, embalado em caixa de 1 litro.	Litro(s)	36		
37	Limão	Quilograma(s)	5		



38	Linguiça calabresa	Quilograma(s)	5		
39	Louro folhas 4 gramas	Pacote	10		
40	Macarrão espaguete pacote com 1 kg	Quilograma(s)	130		
41	Maionese de 500 grama	Unidade	100		
42	Margarina (embalagem de 500g) vegetal, cremosa, com sal, contendo de 60 a 95% de teor de lipídios,	Peça	440		
43	Milho verde (lata de 200g) em conserva, acondicionado em lata.	Unidade	10		
44	Óleo de soja 900 ml	Lata	400		
45	Ovo branco	Dúzia	96		
46	Pães francês	Quilograma(s)	365		
47	Pães para cachorro quente	Unidade	2.500,00		
48	Papel aluminio 7,5m x 30cm	Unidade	5		
49	Pimentão	Quilograma(s)	5		
50	Repolho branco Tamanho médio	Quilograma(s)	300		
51	Sal (embalagem de 1kg) tipo extra, iodado, refinado, acondicionado em saco plástico, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	70		
52	Salsicha	Quilograma(s)	500		
53	Suco de Caju - concentrado, não adoçado - líquido - Embalagem de 500ml	Unidade	96		
54	Tomate	Quilograma(s)	150		
55	Vinagre 750 ml	Unidade	80		
<b>VALOR TOTAL R\$</b>					

**PRAZO DE ENTREGA: ATÉ 05 (cinco) DIAS, APÓS AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.**

**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS**

**DATA:**

**Carimbo de CNPJ**

**Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado**



## ANEXO 1.1 ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Abóbora madura tipo baiana (moranga)	Quilograma(s)	48	R\$ 1,91	R\$ 91,68
2	Açúcar refinado valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	1.350,00	R\$ 1,93	R\$ 2.605,50
3	Alface KG	Quilograma(s)	48	R\$ 3,13	R\$ 150,24
4	Alho	Quilograma(s)	450	R\$ 7,80	R\$ 3.510,00
5	Arroz agulhinha tipo 1 valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	1.200,00	R\$ 2,26	R\$ 2.712,00
6	Azeite 500 ml	Unidade	24	R\$ 13,06	R\$ 313,44
7	azeitona verde	Quilograma(s)	10	R\$ 13,83	R\$ 138,30
8	Bacon	Quilograma(s)	3	R\$ 12,18	R\$ 36,54
9	Batata-doce	Quilograma(s)	48	R\$ 1,55	R\$ 74,40
10	Batata Inglesa especial	Quilograma(s)	400	R\$ 1,92	R\$ 768,00
11	Batata Palha 1KG	Quilograma(s)	96	R\$ 16,98	R\$ 1.630,08
12	Beterraba	Quilograma(s)	24	R\$ 1,44	R\$ 34,56
13	Cação cortado em filé ou cubos, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica original - Embalagem de 1Kg	Quilograma(s)	195	R\$ 13,91	R\$ 2.712,45
14	Café (embalagem de 500g) pó torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza ABIC, embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada, contendo a descrição das características do produto.	Peça	48	R\$ 9,50	R\$ 456,00
15	Caldo de carne com 12 unidades caixa de 126g	Unidade	48	R\$ 6,80	R\$ 326,40
16	Canela em Pau, 20 GRAMAS	Pacote	10	R\$ 1,61	R\$ 16,10
17	Canjica - embalagem de 500g	Unidade	20	R\$ 1,80	R\$ 36,00
18	Carne bovina (embalagem de 5kg) Acém, picado em cubos, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada, sendo cada peça embalada individualmente	Quilograma(s)	500	R\$ 17,95	R\$ 8.975,00
19	Carne, frango, Coxa com sobrecoxa com osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica ou bandeja com no máximo 5Kg.	Quilograma(s)	550	R\$ 7,70	R\$ 4.235,00
20	Carne, frango, Peito, filé sem osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica,	Quilograma(s)	550	R\$ 7,25	R\$ 3.987,50





	com no máximo 3Kg.				
21	Carne, Suína carré, congelada, em embalagem plastica conforme a legislação.	Quilograma(s)	350	R\$ 13,95	R\$ 4.882,50
22	Cebola	Quilograma(s)	300	R\$ 1,81	R\$ 543,00
23	Cenoura	Quilograma(s)	200	R\$ 1,84	R\$ 368,00
24	Cheiro-verde fresco, composto por salsa e cebolinha KG	Quilograma(s)	48	R\$ 4,78	R\$ 229,44
25	Chuchu	Quilograma(s)	300	R\$ 1,43	R\$ 429,00
26	Copos descartaveis branco 200ml, caixa com 2.500 und	Caixa	2	R\$ 161,13	R\$ 322,26
27	Creme de Leite	Lata	24	R\$ 1,86	R\$ 44,64
28	Ervilha em conserva, acondicionado em lata. 200 gramas	LATA	10	R\$ 1,95	R\$ 19,50
29	Extrato de tomate 350 grs	Caixa	300	R\$ 2,47	R\$ 741,00
30	Farinha (embalagem de 1kg) mandioca tipo 1, torrada, fina, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	80	R\$ 3,77	R\$ 301,60
31	Feijão preto tipo 1 valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	350	R\$ 3,64	R\$ 1.274,00
32	Fubá (embalagem de 1kg) milho extra, de 1ª qualidade, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	150	R\$ 1,70	R\$ 255,00
33	Guardanapo (50 unidades)	Unidade	3	R\$ 4,49	R\$ 13,47
34	Hambúrguer de frango, 1º qualidade, acondicionado em embalagem com 36 unidades com envelope protetor unitário, congelado e validade de duração de 6 meses.	Caixa	100	R\$ 12,90	R\$ 1.290,00
35	Leite condensado 395g	Lata	24	R\$ 3,22	R\$ 77,28
36	Leite integral, embalado em caixa de 1 litro.	Litro(s)	36	R\$ 2,18	R\$ 78,48
37	Limão	Quilograma(s)	5	R\$ 5,88	R\$ 29,40
38	Linguiça calabresa	Quilograma(s)	5	R\$ 12,10	R\$ 60,50
39	Louro folhas 4 gramas	Pacote	10	R\$ 2,12	R\$ 21,20
40	Macarrão espagete pacote com 1 kg	Quilograma(s)	130	R\$ 4,74	R\$ 616,20
41	Maionese de 500 grama	Unidade	100	R\$ 9,87	R\$ 987,00
42	Margarina (embalagem de 500g) vegetal, cremosa, com sal, contendo de 60 a 95% de teor de lipídios,	Peça	440	R\$ 2,95	R\$ 1.298,00
43	Milho verde (lata de 200g) em conserva, acondicionado em lata.	Unidade	10	R\$ 1,57	R\$ 15,70
44	Óleo de soja 900 ml	Lata	400	R\$ 3,40	R\$ 1.360,00
45	Ovo branco	Dúzia	96	R\$ 3,70	R\$ 355,20



46	Pães francês	Quilograma(s)	365	R\$ 7,84	R\$ 2.861,60
47	Pães para cachorro quente	Unidade	2.500,00	R\$ 0,70	R\$ 1.750,00
48	Papel aluminio 7,5m x 30cm	Unidade	5	R\$ 3,15	R\$ 15,75
49	Pimentão	Quilograma(s)	5	R\$ 3,02	R\$ 15,10
50	Repolho branco Tamanho médio	Quilograma(s)	300	R\$ 2,15	R\$ 645,00
51	Sal (embalagem de 1kg) tipo extra, iodado, refinado, acondicionado em saco plástico, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	70	R\$ 1,65	R\$ 115,50
52	Salsicha	Quilograma(s)	500	R\$ 9,65	R\$ 4.825,00
53	Suco de Caju - concentrado, não adoçado - líquido - Embalagem de 500ml	Unidade	96	R\$ 2,81	R\$ 269,76
54	Tomate	Quilograma(s)	150	R\$ 2,02	R\$ 303,00
55	Vinagre 750 ml	Unidade	80	R\$ 1,81	R\$ 144,80
<b>VALOR TOTAL R\$ 59.367,07 (CINQUENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SETE).</b>					

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



---

## ANEXO 2

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada a Rua \_\_\_\_\_, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 013/CPL/2018.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



### ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social: .....

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 013/CPL/2018 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



## ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/CPL/2018

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a) ....., nacionalidade ....., cédula de identidade nº ....., emitido pelo ....., para, em nome da .....(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



**ANEXO 5**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/CPL/2018

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade n \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é \_\_\_\_\_ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**





**ANEXO 5.1**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 (SOCIEDADES COOPERATIVAS)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/CPL/2018

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade n \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**



## ANEXO 6

### PROJETO BÁSICO

### OBJETIVO

O presente tem como objetivo a contratação através do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na aquisição de gêneros alimentícios (arroz, feijão, carne e etc...), tendo em vista que tais materiais são de suma importância para o funcionamento da Guarda Municipal.

### JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

Trata-se da aquisição de insumos para produção de café da manhã, almoço e jantar dos Agentes da Guarda Municipal, que exercem suas funções em uma jornada de serviço de 24x72 horas e realizam suas refeições na base da Guarda Municipal. Cumpre informar que todas as refeições são produzidas na própria base da GM, pelos Agentes lotados no Rancho.

### ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Nº	Dotação	Despesa	Recurso	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Unitário	Total	Valor Reservado
1	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	256368	Abóbora madura tipo baiana (moranga)	Quilograma(s)	48,0000	1,0000	48,00	0,00
2	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	260216	açúca refinado valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	1.350,0000	1,0000	1.350,00	0,00
3	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263963	Alface extra	Unidade	48,0000	1,0000	48,00	0,00
4	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	262233	Alho	Quilograma(s)	450,0000	1,0000	450,00	0,00
5	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	260214	arroz agulhinha tipo 1 valido no mínimo 6 meses	Quilograma(s)	1.200,0000	1,0000	1.200,00	0,00
6	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	257616	Azeite 500 ml	Unidade	24,0000	1,0000	24,00	0,00
7	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	257448	azeitona verde	Quilograma(s)	10,0000	1,0000	10,00	0,00
8	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	257536	bacon	Quilograma(s)	3,0000	1,0000	3,00	0,00
9	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	268963	Batata-doce	Quilograma(s)	48,0000	1,0000	48,00	0,00
10	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263798	Batata Inglesa especial	Quilograma(s)	400,0000	1,0000	400,00	0,00
11	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	262817	Batata Palha	Pacote	96,0000	1,0000	96,00	0,00
12	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	256374	Beterraba	Quilograma(s)	24,0000	1,0000	24,00	0,00
13	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	282080	Cação cortado em filé ou cubos, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica original - Embalagem de 1Kg	Quilograma(s)	195,0000	1,0000	195,00	0,00
14	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263745	Café (embalagem de 500g) pó torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza ABIC, embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada, contendo a descrição das características do produto.	Peça	48,0000	1,0000	48,00	0,00



Nº	Dotação	Despesa	Recurso	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Unitário	Total	Valor Reservado
15	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	275415	Caldo de carne com 12 unidades caixa de 126g	Unidade	48,0000	1,0000	48,00	0,00
16	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	257382	Canela em Pau	Pacote	10,0000	1,0000	10,00	0,00
17	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	288254	Canjica - embalagem de 500g	Unidade	20,0000	1,0000	20,00	0,00
18	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263959	Carne bovina (embalagem de 5kg) Acém, picado em cubos, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada, sendo cada peça embalada individualmente	Quilograma(s)	500,0000	1,0000	500,00	0,00
19	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263785	Carne, frango, Coxa com sobrecoxa com osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica ou bandeja com no máximo 5Kg.	Quilograma(s)	550,0000	1,0000	550,00	0,00
20	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263788	Carne, frango, Peito, filé sem osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica, com no máximo 3Kg.	Quilograma(s)	550,0000	1,0000	550,00	0,00
21	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	262723	CARNE SUINA, CARRÉ, congelada, em embalagem plástica conforme a legislação.	Quilograma(s)	350,0000	1,0000	350,00	0,00
22	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	256363	Cebola	Quilograma(s)	300,0000	1,0000	300,00	0,00
23	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	256366	Cenoura	Quilograma(s)	200,0000	1,0000	200,00	0,00
24	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263966	Cheiro-verde fresco, composto por salsa e cebolinha	Unidade	48,0000	1,0000	48,00	0,00
25	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	256369	Chuchu	Quilograma(s)	300,0000	1,0000	300,00	0,00
26	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	262235	copos descartáveis	Unidade	1,0000	1,0000	1,00	0,00
27	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	262230	Creme de Leite	Lata	24,0000	1,0000	24,00	0,00
28	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263983	Ervilha em conserva, acondicionado em lata.	Unidade	10,0000	1,0000	10,00	0,00
29	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	256332	Extrato de tomate 350 grs	Caixa	300,0000	1,0000	300,00	0,00
30	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263687	Farinha (embalagem de 1kg) mandioca tipo 1, torrada, fina, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	80,0000	1,0000	80,00	0,00
31	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	260215	feijão preto tipo 1 valido no mínimo 6 mese	Quilograma(s)	350,0000	1,0000	350,00	0,00
32	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263688	Fubá (embalagem de 1kg) milho extra, de 1ª qualidade, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	150,0000	1,0000	150,00	0,00
33	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	259450	guardanapo (50 unidades)	Unidade	3,0000	1,0000	3,00	0,00
34	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	285992	HAMBÚRGUER DE FRANGO, 1º QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 36 UNIDADES COM ENVELOPE PROTETOR UNITÁRIO, CONGELADO E VALIDADE DE DURAÇÃO DE 6 MESES.	Caixa	100,0000	1,0000	100,00	0,00
35	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	259722	leite condensado 395g	Lata	24,0000	1,0000	24,00	0,00
36	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	269142	leite integral, embalado em caixa de 1 litro.	Litro(s)	36,0000	1,0000	36,00	0,00
37	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	257460	limão	Quilograma(s)	5,0000	1,0000	5,00	0,00
38	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	262146	linguiça calabresa	Quilograma(s)	5,0000	1,0000	5,00	0,00
39	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263805	Louro folhas	Molho	10,0000	1,0000	10,00	0,00



Nº	Dotação	Despesa	Recurso	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Unitário	Total	Valor Reservado
40	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	256334	Macarrão espaguete pacote com 1 kg	Quilograma(s)	130,0000	1,0000	130,00	0,00
41	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	260567	Maionese de 500 grama	Unidade	100,0000	1,0000	100,00	0,00
42	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263937	Margarina (embalagem de 500g) vegetal, cremosa, com sal, contendo de 60 a 95% de teor de lipídios,	Peça	440,0000	1,0000	440,00	0,00
43	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263940	Milho verde (lata de 200g) em conserva, acondicionado em lata.	Unidade	10,0000	1,0000	10,00	0,00
44	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	256336	Óleo de soja 900 ml	Lata	400,0000	1,0000	400,00	0,00
45	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	275293	Ovo branco	Dúzia	96,0000	1,0000	96,00	0,00
46	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	257209	pães francês	Unidade	9,0000	1,0000	9,00	0,00
47	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	259723	Pães para cachorro quente	Unidade	2.500,0000	1,0000	2.500,00	0,00
48	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	262026	papel aluminio	Unidade	5,0000	1,0000	5,00	0,00
49	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	256373	Pimentão	Quilograma(s)	5,0000	1,0000	5,00	0,00
50	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263815	Repolho branco Tamanho médio	Quilograma(s)	300,0000	1,0000	300,00	0,00
51	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	262959	Sal (embalagem de 1kg) tipo extra, iodado, refinado, acondicionado em saco plástico, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	70,0000	1,0000	70,00	0,00
52	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	258399	Salsicha	Quilograma(s)	500,0000	1,0000	500,00	0,00
53	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	282073	Suco de Caju - concentrado, não adoçado - líquido - Embalagem de 500ml	Unidade	96,0000	1,0000	96,00	0,00
54	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	263035	Tomate	Quilograma(s)	150,0000	1,0000	150,00	0,00
55	1265	3.3.9.0.30.07.00.00.00	100	257612	Vinagre 750 ml	Unidade	80,0000	1,0000	80,00	0,00
Total									12.809,00	0,00

## 1- DO OBJETO

1.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais descritos neste Termo de Referência, atendendo as necessidades da Superintendência da Guarda Municipal.

## 2- DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. As reservas orçamentárias serão realizadas, de acordo com a indicação dos recursos estabelecidos nas solicitações de compra.

2.2. Os materiais de consumo deverão ser entregues de acordo com as necessidades da contratante, bem como com as especificações contidas neste Termo de Referência.

## 3- DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar a Contratante, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da execução do contrato,



correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o Município, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

**3.2. A CONTRATADA deverá:**

3.2.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Superintendência da Guarda Municipal, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

3.2.2. Entregar o material de acordo com as especificações contidas neste Projeto Básico

3.2.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da SGM, inerentes ao objeto da presente licitação;

3.2.4. Cumprir as normas de higiene, especialmente aquelas definidas pelos órgãos da vigilância sanitária;

3.2.5. Comunicar à SGM, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.2.6. Manter em dia, durante a vigência do contrato, os documentos exigidos para participação na licitação, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 4.482/2017 eo art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

3.2.6.1. A não obediência a essa determinação, acarretará a suspensão do pagamento até a devida regularização, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação.

3.3. A CONTRATADA fica, nos termos da legislação vigente, obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, a juízo da SGM, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3.4. É vedada à CONTRATADA a associação com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que prejudiquem a execução do contrato.

**4- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

4.1.1. Para o cumprimento do objeto do presente contrato, a CONTRATANTE obrigar-se-á, exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.



4.1.2. Fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

4.1.3. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estipulado;

**FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será em parcela única, de acordo com o material entregue, mediante a apresentação de Nota Fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por 03 (três) servidores, conforme determina a legislação.

OBSERVAÇÕES	
Prazo de Entrega	Até 05 (cinco) dias após a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços.
Local de Entrega	Na Superintendência da Guarda Municipal, sito à Rua Ely do Amparo s/nº, Lages, Paracambi – RJ, CEP.: 26600-000.

**5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1 – Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o disposto na Lei 8.666/93.

Aline Rodrigues Pereira  
Diretora Financeira da Guarda Municipal

Andréa Regina Nunes  
Superintendente Executiva da Guarda Municipal





## ANEXO 7

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_

PROCESSO Nº 4754/2017

LICITAÇÃO Nº 013/CPL/2018

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de 2017, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, CNPJ nº \_\_\_\_, é celebrado o presente compromisso entre o MUNICÍPIO DE PARACAMBI, por intermédio do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado Município e a empresa \_\_\_\_ estabelecida na \_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_, doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representada pelo Sr.\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_, natural do \_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_, Cep: \_\_\_\_ inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº \_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_, de acordo com o processo administrativo nº **4754/2017**, observadas as Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 123 de 14 dezembro de 2006, os Decretos Municipais nº 4.054/2015, 4.482/2017, nº 4.481/2017, e ainda o edital nº 013/CPL/2018, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – A presente ata tem por objeto vincular a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ARROZ, FEIJÃO, CARNE, ETC...) QUE VISA REPOR E MANTER O ESTOQUE DE GÊNEROS, PARA PRODUÇÃO DE CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DOS AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL, QUE EXERCEM SUAS FUNÇÕES EM UMA JORNADA DE SERVIÇO DE 24X72 HORAS E REALIZAM SUAS REFEIÇÕES NA BASE DA GUARDA, ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPEC	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

Parágrafo Segundo – A presente ata vincula, com força contratual, a **COMPROMITENTE** a fornecer os produtos nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Terceiro - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade de bens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Parágrafo Único - O prazo de validade deste Registro de Preços, será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.



### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Parágrafo Único - Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) solicitar o fornecimento daquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência a ele no caso de outra licitação realizada para o mesmo objeto desse registro;
- b) realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- c) fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;
- d) exercer a fiscalização do fornecimento solicitado;
- e) receber provisória e definitivamente o objeto a ser fornecido nas formas definidas.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Parágrafo Único - Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- a) Fornecer o objeto licitado de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observado, sempre, a adequação do prazo de validade do produto e dentro do prazo requerido pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- c) Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- d) Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;
- e) Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento;
- g) Não transferir ou ceder a obrigação de fornecer prevista nesta ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.



- h) Cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes no Edital.
- i) Manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e exigido no edital nº \_\_\_\_/CPL/2017 e seu respectivo Termo de Referência.
- j) Proceder à substituição do produto que for entregue fora de suas especificações, no prazo indicado na notificação.
- k) Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete, referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

**Parágrafo único.** Independentemente de aceitação, a **CONTRATADA** garantirá a qualidade dos bens de consumo pelo prazo mínimo determinado em lei, a contar da data de sua entrega ao **MUNICÍPIO**, se outro superior não for exigido no Termo de Referência, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito, desde que não sanado a vício no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Parágrafo Único – Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

**ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO**

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.07.00.00**

**DOTAÇÃO: 0010**

**EMPENHO**

#### **CLÁUSULA SEXTA- DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS**

Parágrafo Único – Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO**

Parágrafo Primeiro – O fornecimento deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo – A cada fornecimento solicitado, o local e o prazo de entrega serão definidos pelo **MUNICÍPIO**, de acordo com o termo de referência em anexo, a proposta vencedora da Licitação e a presente ata.



Parágrafo Terceiro – A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretaria Requisitante.

Parágrafo Quarto – O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações de fornecimento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do Contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quinto- O representante do **MUNICÍPIO**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Sexto – A **COMPROMITENTE** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sétimo–A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento não excluem ou atenuam a responsabilidade da **COMPROMITENTE**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Oitavo – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto da presente ata de registro de preços, o fato será comunicado à **COMPROMITENTE**, que deverá promover o reparo ou a troca no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE**

Parágrafo Primeiro – A **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Segundo – A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.



Parágrafo Terceiro – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Segundo, ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

Parágrafo Quarto – A **COMPROMITENTE** é responsável por todas as despesas com frete, embalagens, equipamentos, impostos, mão-de-obra, entre outras que vise a execução da presente ata e em hipótese alguma destacadas na Nota Fiscal.

#### **CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO** deverá pagar à **COMPROMITENTE** o valor total constante de cada fatura apresentada, que deverá corresponder ao fornecimento solicitado pelo **MUNICÍPIO**, sendo o pagamento efetuado diretamente na conta corrente de titularidade da **COMPROMITENTE** indicada no formulário de pedido de pagamento.

Parágrafo Segundo – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, ou em 05 (cinco) dias úteis, na forma do §3º, art. 5º da Lei 8.666/93, devendo então a **COMPROMITENTE** promover a entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do objeto.

Parágrafo Terceiro – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quarto – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA**

Parágrafo Primeiro – O **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco) por cento do valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento, a ser restituída após execução satisfatória das obrigações da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Segundo – Caso o valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo



de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da solicitação de fornecimento.

Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão da ata motivada por culpa do compromitente, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo Quarto – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontadas da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – Qualquer garantia que venha a ser prestada deverá obrigatoriamente ser depositada na Tesouraria da Secretaria Municipal de Finanças (SECFIN), situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ – Tel. (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO**

Parágrafo Primeiro – A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo Segundo – A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

- a) Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.
- b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
  - I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;
  - II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
  - III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo terceiro – O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4.054/2015, nas seguintes hipóteses:

- I - Se o fornecedor descumprir as condições estabelecidas no contrato celebrado;
- II - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;
- III – Tiver presentes razões de interesse público.





IV – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, sem a justificativa aceitável.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

Parágrafo Primeiro – O registro de preços dos bens contemplados nesta ata poderá ser cancelado:

I – pela Administração, quando:

- a) os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado, sem que o fornecedor aceite reduzir o preço registrado;
- b) ocorrer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, situação que equivalerá, para fins de consequências jurídicas, à rescisão contratual, incluindo os casos de descumprimento das condições da presente ata e da não retirada da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente à solicitação de fornecimento, sem justificativa aceitável.

II – O registro de preços poderá ser suspenso a pedido do fornecedor, mediante requerimento por escrito e sujeito à aprovação do órgão gerenciador, quando ficar comprovada a impossibilidade definitiva ou temporária, de cumprir as exigências da licitação por pregão que deu origem ao Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro de preço será formalmente motivado nos autos do processo administrativo, assegurado à **COMPROMITENTE** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Quarto- Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

Parágrafo Primeiro – A inexecução do fornecimento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;



- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado, sempre que aplicável, o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo segundo – A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo terceiro – A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva da PREFEITA, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

Parágrafo quinto – As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo sexto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sétimo – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da Ata de Registro, garantido o contraditório e a defesa prévia.



Parágrafo oitavo – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

Parágrafo Primeiro – As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Segundo – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

Parágrafo Primeiro – O presente registro não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo Segundo – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Parágrafo Primeiro – Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo Segundo – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**

Parágrafo Primeiro – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.



Parágrafo Segundo – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Terceiro – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação da Administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA**

Parágrafo Primeiro – Após a assinatura da presente ata, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo oficial de publicação do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

Parágrafo Segundo – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO**

Parágrafo Primeiro – Fica eleito o Foro da Comarca da Paracambi/RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Pelo **MUNICÍPIO**

\_\_\_\_\_  
Pela **COMPROMITENTE**

**TESTEMUNHAS**

1 – \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_



**LICITAÇÃO EXCLUSIVA**

**MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE / MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL / SOCIEDADES COOPERATIVAS**

LICITAÇÃO N.º 013/CPL/2018  
PROCESSO N.º 4754/2017  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SRP  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM  
ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO  
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.07.00.00  
DOTAÇÃO: 0010

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 59.367,07 (CINQUENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SETE).

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 02 DE MAIO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 02 DE MAIO DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ARROZ, FEIJÃO, CARNE, ETC...) QUE VISA REPOR E MANTER O ESTOQUE DE GÊNEROS, PARA PRODUÇÃO DE CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DOS AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL, QUE EXERCEM SUAS FUNÇÕES EM UMA JORNADA DE SERVIÇO DE 24X72 HORAS E REALIZAM SUAS REFEIÇÕES NA BASE DA GUARDA, ESTIMA O QUANTITATIVO PARA O CONSUMO DE 12 (DOZE) MESES.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/#licitacoes>. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, ou e-mail: [licitacaopmpparacambi@gmail.com](mailto:licitacaopmpparacambi@gmail.com).

ÓRGÃO REQUISITANTE: GUARDA MUNICIPAL  
ÓRGÃO GERENCIADOR: GUARDA MUNICIPAL

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

ParteA	-	Informações Específicas sobre o Edital
ParteB	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Projeto Básico
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços

ELIAS FERREIRA DA ROSA  
Pregoeiro

RAZÃO SOCIAL			
TELEFONE:			
E-MAIL:			
RECEBIDO POR:		DATA:	CARIMBO DO CNPJ